



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
MONOGRAFIA JURÍDICA

**O SUBMUNDO DA FAVELA
ENTRE A MISÉRIA E O CRIME**

ORIENTANDA: NATÁLIA CURCINO RIBEIRO
ORIENTADORA: PROFA. DRA. HELENA BEATRIZ DE MOURA BELLE

GOIÂNIA – GO
2024

NATÁLIA CURCINO RIBEIRO

O SUBMUNDO DA FAVELA
ENTRE A MISÉRIA E O CRIME

Monografia jurídica apresentada à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS), turma: B01
Professora Orientadora Doutora Helena Beatriz de Moura Belle.

GOIÂNIA – GO
2024
NATÁLIA CURCINO RIBEIRO

**O SUBMUNDO DA FAVELA
ENTRE A MISÉRIA E O CRIME**

Data da Defesa: _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Helena Beatriz de Moura Belle Nota

Examinador(a) Convidado(a): Prof.(a): Titulação e Nome Completo Nota

Dedico a Deus, por sempre guiar meus passos.

“Quando minha fé se esfriou, acendeu o seu fogo em mim
Quando eu pensei em desistir, Me deu forças para prosseguir
Quando tudo diz que não, Tua voz me acalma e diz
Para confiar em ti, Para esperar o teu agir.”

(Bruna Karla)

Dedico a minha Família e ao grande amor da minha vida.

Pelo suporte, incentivo, paciência e esforço durante esses cinco anos de curso.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, quero agradecer a Deus, pela oportunidade em que me deu, e me fez capaz de realizá-la, como também por Ele não ter permitido que eu desistisse, quando passou pela cabeça inúmeras vezes em jogar tudo para o alto, nas ocasiões em que o desespero e o cansaço batia, nesses momentos acalmava meu coração e me pegava no colo, nas horas em que não tinha mais forças para caminhar. Arrancou com toda força, os pensamentos suicidas em que tive, instantes que tentei tirar minha vida, Ele me mostrou que existia uma saída para todos os problemas, e que toda dor, por mais intensa que fosse, chegava ao fim. Obrigada meu Deus, obrigada a Maria passa na frente, a quem sempre fui devota, que toda vida, passou a frente acalmando a tribulações, restaurou minha vida e me fez nascer novamente.

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Helena Beatriz de Moura Belle, pela confiança e dedicação, por ter me auxiliado na construção e realização desse estudo, e mais além, por ter acreditado no meu potencial.

Agradeço a Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS), por todos os ensinamentos e pela bagagem de conhecimento adquirida, devido a competência de serviços prestados aos alunos, através do excelente time de professores e servidores que compõem a Instituição.

Quero prestar meu maior agradecimento ao meu pai Valdeci, ele que foi a pessoa que mais acreditou no meu potencial, não só por financiar este sonho, como também por sempre ter me encorajado, não ter permitido que eu desistisse.

Dedico:

“Pai eu não desisti porque eu queria
Na sua frente estar um dia
Só pra dizer obrigado pai...”

Minha gratidão a minha mãe Luciene, por seu amor e suas orações, que me ajudaram a ter forças, para ir mais longe.

Dedico:

“Mãe pra ti conjugo o verbo, amar...”

Sou grata também, aos meus irmãos Diógenis, que constantemente me colocava em suas orações, e ao Denilson, que é meu melhor amigo, com ele me confidenciou, compartilhamos quase sempre dos mesmos ideais, sem deixar de falar na base financeira, que me proporciona, finalmente, e não menos importante, meu irmão Denerson *in memoriam*, ele não teve a oportunidade de me ver ingressando na faculdade, me deixou dois anos antes, mas ele foi uma das razões que me deu força para dar o primeiro passo, carrego ele todos os dias em meu coração por onde eu vou, e sei que está olhando por mim, por onde eu for.

Dedico:

“É irmão nem mesmo eu sabia

Quanta falta faria seu sorriso para um bom dia”

Minha gratidão a vida do meu sobrinho, o amorzinho da minha vida, “Tutu”, o Arthur, que me enlouquecia, no período da pandemia, com as aulas online, mas sobretudo é uma das razões da minha vida, o serzinho que iluminou nossas vidas e sem dúvidas, mesmo sem ele saber me deu gás para continuar, a luta diária que é estudar.

Dedico:

“Promete que não vai crescer distante

Promete que vai ser pra sempre assim

Promete esse sorriso radiante

Todas as vezes que você pensar em mim”

Tenho enorme gratidão a minha madrastra Darlene, que nunca deixou de me apoiar e trabalhou junto com meu pai para me formar, bem como sua família que me acolheram sempre com grande carinho, especialmente sua mãe Joaquina (Qinucha) que se tornou uma Avó para mim.

Desejo ressaltar o meu muito obrigado, ao meu amado José Viano, ao homem que eu escolhi para dividir minha vida, agradeço imensamente por toda paciência,

sabedoria que soube ter comigo durante esse tempo, constantemente me apoiando, levantando minha cabeça, fazendo sempre o possível e o impossível para que eu realizasse meus objetivos com êxito.

Dedico:

“A primeira vez em que eu te vi
Eu nunca me esqueci daquele dia
Tão cheio de ternura e de alegria
Começava o nosso grande amor”

Deixo aqui registrado umas das grandes inspirações para a realização desse estudo, minha avó Justina, não foi moradora de favela, mas veio de uma realidade sofrida, perdeu dois filhos assassinados, *in memoriam* meus tios Fábio e Fabrício, eles com certeza deram mais sentido ao meu sonho de fazer Direito, me tornar advogada, e assim poder lutar por injustiças, como a que eles sofreram.

Não poderia deixar de agradecer a minha Tia Maria, a Evellin Geordana, a Samara, meu Tio Éder, a Danielly, minhas grandes amiga Ketlhen e Dona Deise, que sempre estiveram ao meu lado, e foram peças essenciais em minha formação, como também *in memoriam* meu Tio Justino Neto, que me disse uma frase que eu jamais esqueci, “você tem que fazer um curso que dá palestra, algo que possa falar, você tem o dom de falar”.

Destaco minha grande admiração pelo Tio Josefino, que me inspirou como jurista, um profissional de enorme competência em que tenho de referência, da mesma forma ao Tio Tonho, que por diversas vezes se dispôs a pagar minhas mensalidades, de forma que eu pudesse concluir o curso, minha gratidão eterna por esse gesto.

Por fim, deixo o meu muito obrigado, a todos que passaram em minha vida e deixaram um ensinamento, que puderam contribuir tanto para minha jornada de vida, quanto para a realização deste estudo, sendo eles, minha família, amigos, colegas, e pessoas que passaram aleatoriamente no dia a dia, mas que me agregaram de forma gradativa e prazerosa nessa jornada, que se chama vida.

“Não importa o que fizeram com você.
O que importa é o que você faz com aquilo que fizeram com você.”
(Jean Paul Sartre)

O SUBMUNDO DA FAVELA
ENTRE A MISÉRIA E O CRIME

Resumo: As favelas possuem dimensões quase incalculáveis. Ao longo dos anos, contudo, as favelas vêm sendo definidas e analisadas como se formassem um conjunto homogêneo. O estudo dessa percepção se dá, pela necessidade em se falar do abandono social nas favelas, que originou conseqüentemente na violência, além da compreensão sob o enfoque jurídico, que implica em uma condição precária da vida em comunidades, dada pelo descaso estatal. O presente estudo objetiva, nesse contexto, demonstrar como se deu a origem do nascimento das favelas e toda sua expansão, a segregação socioespacial após a abolição da escravatura e a concentração da renda, que fizeram com que os aglomerados subnormais residentes desse submundo, ocupassem essas regiões periféricas, forma pela qual as favelas são oficialmente nomeadas. Este tipo de compreensão pode parecer puramente teórica, mas é importante perceber que as políticas públicas para as favelas não possuem eficácia. A investigação, do ponto de vista metodológico, é a compilação da revisão bibliográfica sobre as favelas, e a análise da Carta Magna Brasileira vigente. A partir desse estudo, percebeu a ligação do fim da abolição da escravatura com a evolução histórica da favelização. Em síntese, o estudo conclui que quem está de fora pode pensar que aqueles que estão na favela continuam ali por que querem. Isso não é a verdade real dos fatos, ali residem pessoas que buscam a todo custo, conquistar melhores condições de vida, mas que se deparam cotidianamente com obstáculos.

Palavras-Chave: Favela. Submundo. Abandono. Miséria. Violência.

Abstract: *Favelas constitute almost incalculable dimensions. Over the years, however, favelas have been defined and analyzed as if they formed a homogeneous group. The study of this perception is due to the need to talk about social abandonment*

in favelas, which consequently resulted in violence, in addition to understanding from a legal perspective, which implies a precarious condition of life in communities, caused by state neglect. The present study aims, in this context, to demonstrate how the birth of favelas and all their expansion occurred, the socio-spatial segregation after the abolition of slavery and the concentration of income, which caused the subnormal agglomerations residing in this underworld to occupy these areas. peripheral regions, the way in which favelas are officially named. This type of understanding may seem purely theoretical, but it is important to realize that public policies for favelas are not effective. The investigation, from a methodological point of view, is the compilation of the bibliographical review on favelas, and the analysis of the current Brazilian Magna Carta. From this study, he realized the connection between the end of the abolition of slavery and the historical evolution of favelization. In summary, the study concludes that outsiders may think that those in the favela remain there because they want to. This is not the real truth of the facts, there are people who seek at all costs to achieve better living conditions, but who face obstacles on a daily basis.

Key words: *Slum. Underworld. Abandonment. Misery. Violence.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O NASCIMENTO DA FAVELA.....	15

1.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	15
1.2. Lei Áurea - Abolição da escravatura.....	16
2 GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	20
2.1 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	20
2.2. A Dignidade da Pessoa Humana com o parâmetro ético-jurídico.....	23
3 O ABANDONO ESTATAL.....	25
3.1 A RESPONSABILIDADE CIVIL E A OMISSÃO DO ESTADO NA FAVELA.....	26
3.2 Estado de exceção.....	27
4 SUBMUNDO FAVELA.....	30
4.1. A MISÉRIA NA FAVELA.....	31
4.2. o preconceitos vivido na pele dos perifericos.....	33
4.3. A inviabilidade das oportunidades.....	35
4.4. A voz do RAP.....	36
4.5 Perspectivas de um favelado.....	38
5 NA VOZ DE CAROLINA MARIA DE JESUS.....	39
5.1. QUARTO DE DESPEJO.....	39
5.2. Carolina Maria de Jesus.....	41
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS.....	48

INTRODUÇÃO

Antes do surgimento das favelas, período após a libertação dos escravos, vinham os cortiços. As habitações coletivas foram se proliferando, alimentadas por uma imensa massa proletária sem condições econômicas de garantir para si uma habitação. A grande maioria destas construções não tinha sistema de esgoto e, muitas vezes, co-habitavam pessoas e animais nos mesmos cômodos.

A quase totalidade dos escravos não tinham casa própria, pois residiam na propriedade do senhor. A Lei Áurea deu liberdade sem garantir moradia, trabalho e educação. Após 1888 os negros foram jogados na rua, como trabalhadores “livres”, e acabaram tornando-se escravos das suas necessidades: comer, ter um teto, ter vestuário etc.

Era mandatória uma reforma urbana que garantisse condições dignas de habitação e higiene para os trabalhadores, tal como ainda hoje é.

O batismo da favela, é justificado por duas histórias. Uma em referência à planta faveleira que existia na região; outra em referência à batalha do “Morro das Favelas” (Alto da Favela), onde também existia essa planta.

Mais de um século depois de seu surgimento, as favelas cresceram em número e tamanho e continuam sendo vistas publicamente e tratadas pelos agentes estatais como problemas para os quais é preciso tomar medidas. Paradoxalmente, um dos principais argumentos usados repetidamente para justificar sucessivas intervenções estatais é de que estes são espaços onde sempre faltou estado.

A vida num prisma segundo rege a Constituição Federal, tem a luz ser uma garantia de vida igualitária a todos, porém infelizmente a realidade mostra um abismo social gigantesco, que deve ser visto com mais seriedade.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um Estado Democrático e Social de Direito, cujo sonho do constituinte era a construção de uma sociedade isonômica e pautada pela justiça social. Não se pode olvidar da interpretação do texto magno, que questões sociais representam papel importante, ao passo que se preconiza a dignidade da pessoa humana com fundamento da própria República.

Bem como a declaração universal dos direitos humanos, aprovada em 1948, defende os direitos essenciais a todos cidadãos. Entretanto, essa é uma realidade distante de ser vivenciada, cabe pontuar que muito além de toda miséria em que vivenciam, enfrentam a violência na pele, violência essa causada pela disparidade

econômica, muito evidente que o crescente aumento da hostilidade urbana é uma consequência do âmbito social .

As favelas são realidade para mais de 17 milhões de brasileiros, de acordo com o levantamento do Instituto Locomotiva, em parceria com o Data Favela e a Central Única das Faveladas (Cufa).

Não existe uma política progressiva que pense a garantia do direito à propriedade, à saúde, à educação, à formalização da mão de obra, ao trabalho e ao bem-estar das pessoas moradoras das favelas.

O respectivo estudo é centrado em relatar a ocupação ao longo da história e as forças dominantes capazes de interferir nas dinâmicas sociais e na formação das desigualdades, expor a realidade nua e crua da vida de um favelado, nome dado para moradores da favela.

A presente monografia tem como objetivo principal, a de trazer a visibilidade do submundo periférico. Como base visa alcançar a compreensão da falta de infraestrutura em todos os aspectos básicos, que deveriam ser garantidos a toda a população de forma isonômica.

Para isso, o presente estudo objetiva, de forma específica - resgatar o início histórico que provocou o nascimento das favelas; expor de forma coesa, as complicações que o abandono Governamental nas periferias, tem gerado para sociedade como todo. Para tal propósito, dar enfoque ao questionamento, sendo ele, se a lei tem cumprido o seu dever; Ao mesmo tempo, externar a trajetória de um favelado e os mais diversos obstáculos enfrentados, para sua sobrevivência, como de fato a miséria do cenário favelado gerar o crime, levando ao caos da violência; com essa finalidade, trazer por fim a importância dos artistas periféricos, que expressam suas denúncias através da literatura marginal e em seus versos musicais.

A propósito, o foco nas favelas se justificam, por possuírem uma grande importância a ser tratada. Isso porque, visa possibilitar propor uma melhoria, através de medidas a serem tomadas, aos impasses nas favelas, ao inserir urbanização, fornecendo estruturas como energia elétrica, água encanada, encanamento de esgoto e asfalto, entre outros, como a educação, o lazer, a segurança e as mais diversas necessidades, que possui os ambientes favelizados .

A presente monografia se faz importante, portanto, por sua tentativa de ;;analisar e entender sobre a necessidade de ações sociais para maior inserção da

população nas escolas, com mais creches e empregos, Isso sem falar na remoção das famílias que habitam áreas de risco ou pontos de difícil acesso, com o estabelecimento de infra-estruturas habitacionais e de transporte público.

A metodologia do trabalho consistirá na pesquisa e análises bibliográficas das literaturas existentes sobre as favelas, à origem e evolução desses locais e suas características, principalmente. Toda a análise será feita com base na revisão bibliográfica.

Dessa forma, o trabalho será dividido em cinco capítulos, além desta introdução, que conteve breve contextualização do tema proposto, e das considerações finais. Serão mobilizados dados históricos, estudos acadêmicos, bem como visões e opiniões que de alguma forma contribuíram para o que hoje se sabe sobre as favelas. Não se pretende, porém, esgotar o assunto, mas apenas contribuir para o início das discussões sobre um tema que está presente no dia-a-dia dos moradores dessas comunidades favelizadas.

O primeiro capítulo será construído de forma que o objeto será definido e os principais marcos que originaram na construção das favelas serão expostas. Este será dividido em seções e se apoiará, principalmente, na literatura do escritor maranhense, Aluísio de Azevedo; *Os Sertões* (1902) , escrito pelo jornalista carioca Euclides da Cunha; também pelo Instituto de Pesquisa Favelização do Brasil, desde os cortiços às primeiras favelas, passando pelas principais tentativas de reforma do espaço social..

O segundo capítulo, por conseguinte, irá tratar dos direitos e garantias da pessoa humana, abordando textos primitivos da Carta Magna (CRFB - 1988) e Tratados sobre Direitos Humanos.

O terceiro capítulo, tão logo decorrerá, sobre a responsabilidade do Estado, diante da ausência de políticas públicas de acesso à moradia, educação e os demais problemas existentes na favela.

O quarto capítulo, por sua vez, tem como objetivo expor e analisar os dados de ordem social e econômica relativos às favelas. A análise se dará através da demonstração intrínseca a tal localidade, destacando suas principais características. Serão mobilizados, para isso, dados do Instituto Favelização, Agência Brasil, Fundação Telefone Vivo, Rio on watch e Scielo .

O quinto capítulo, no que lhe toca, tem o intuito de dar voz a uma habitante, de uma das primeiras favelas do Brasil, em São Paulo, que através de um diário contava relatos do seu cotidiano como moradora, relatos esses que após alguns anos, o fizeram se tornar uma grande escritora, e que teve seus cadernos, que serviam como uma espécie de diário, publicado como livro, QUARTO DE DESPEJO - Diário de uma Favelada, escrito por JESUS, Carolina Maria (1960).

Por fim, as considerações finais contêm uma tentativa de síntese do que foi desenvolvido durante os cinco capítulos, incluindo as limitações decorrentes da realização da presente monografia. Abrange também reflexões sobre a manutenção do padrão que tende a se estabelecer nas visões em relação às favelas; sobre a importância de reconhecer as peculiaridades intrínsecas a esses territórios; assim como sobre a relevância de se entender, acerca da carência de políticas inclusivas, com o papel de buscar nivelar a igualdade, dando assim oportunidade e voz a quem foi esquecido entre esses escombros desse submundo.

1 O NASCIMENTO DA FAVELA

Esse capítulo tem como objetivo realizar um breve observatório das Favelas, historicamente.

1.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA

A favela, como tudo no mundo, tem sua história. Apesar de parecer que sempre estiveram ali, os conglomerados habitacionais sem condições humanitárias mínimas, nasceram de várias lutas. E se pensarmos bem, todas lutas por um mundo mais igualitário.

Assim, podemos dizer que tais lutas começaram com a lei áurea; passando pela derrubada dos cortiços cariocas; desembocando na árvore Favela, que dava nome ao morro de onde o canhão A Matadeira dizimou a população de canudos.

O autor Ferréz, escritor de literatura marginal, como o próprio se intitula, relata em seu livro Capão Pecado/Ferréz. 2 ed. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.

(Fugiram, dizem que foram para as matas, fugiram das senzalas para bem distante da capital e não são dois nem três, são muitos).

Nos dizeres de FERRÉZ (2000), a migração nas favelas se deu início na fuga dos escravos da senzala de seus senhores, bem como também quando foram libertados, após a Lei Áurea (Lei nº 3.353) que foi sancionada pela Princesa Dona Isabel, filha de Dom Pedro II, no dia 13 de maio de 1888.

Enfim, são, como tudo na humanidade, milhares de fatores que fizeram esse aglomerado urbano, chamado favela, do jeito que o vemos hoje. Nesse sentido, as favelas se transformaram em seres únicos, com identidade própria. Assim, para alguns, cada favela é como um indivíduo, com vida e vontade própria.

E, para entender um indivíduo, precisamos sempre, antes de tudo, entender a sua história. Por isso, através de uma espécie de linha do tempo, feita pelo BLOG GERANDO FALCÕES, que resgatou um dos principais acontecimentos. Tudo para se ter um primeiro contato com essa história de sofrimento, dor, mas, antes de tudo, de luta

1.2 LEI ÁUREA - A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

A. A abolição da escravatura e o Cortiço Cabeça de Porco (1893)

É óbvio que, para entender a favela, temos que falar sobre a abolição da escravatura. Primeiro, falar que a lei assinada pela Princesa Isabel em 1888, deu apenas liberdade para os escravos, mas não direitos trabalhistas.

B. A abolição da escravatura

A lei Áurea foi uma canetada da época, mas a luta pela abolição havia começado muito antes, quando o Rei Dom João Sexto veio morar no Brasil, fugindo de Napoleão. Ele veio escoltado pelas tropas inglesas. Elas queriam que não houvesse mais escravos no Brasil, o único país do globo que ainda aceitava a escravidão.

Contudo, a Inglaterra não era santa. Havia abolicionistas na Inglaterra da época, mas também tinham interesses econômicos ali. Afinal de contas, se um país continuasse tendo escravos, poderia produzir a um custo baixo, confrontando com o país que era os “Estados Unidos” da época.

Outro ponto fundamental é entender que a lei para abolição da escravatura foi uma novela que durou 50 anos. Entre canetadas, deputados ruralistas que não iam para as sessões para votar a lei, e outros percalços, os escravos continuaram sendo traficados como as drogas de hoje.

Sendo assim, os negros saíram da escravidão com uma mão na frente e outra atrás. Com isso, os cortiços se popularizaram no Rio de Janeiro. Moradias precárias, que alojavam negros, nordestinos, prostitutas, capoeiras, mulatos. Enfim, tudo o que era considerado “descartável” na sociedade da época. Eram as favelas.

C. Verdades sobre a abolição da escravatura

Além disso, havia vários cortiços no centro do Rio de Janeiro, que, no começo do século XX, passaram por uma reurbanização. Nesse sentido, todos os casarões dos ricos tinham sido abandonados. Eles estavam caindo aos pedaços e sendo habitados por futuros favelados. E um deles se chamava Cabeça de Porco, perto do Morro da Providência.

D. A construção da Favela e a destruição dos Cortiços

No final do século XIX, mais de 2000 casas foram derrubadas no centro do Rio de Janeiro. E tudo com a prerrogativa de fazer uma reurbanização, saneamento básico e civilizar o centro da cidade maravilhosa. Na verdade, foi uma dizimação completa da população miserável, que teve que subir o morro e habitar a primeira favela.

Na época, o maior cortiço do centro carioca se chamava Cabeça de Porco. Nele, houve a maior chacina por parte do estado para a reurbanização do Rio de Janeiro. O governo queria construir um túnel que ligava o centro à orla carioca. Foi a destruição desse cortiço que inspirou Aloizio de Azevedo a escrever a sua obra, O Cortiço, que retrata com maestria o comportamento dos moradores destas comunidades “pré-favela”.

E. O Cortiço Cabeça de Porco e a Favela da Providência

“Quem suporia que uma barata fosse capaz de devorar uma cabeça de porco em menos de 48 horas?”. Assim, o jornalista Ângelo Agostini, da Revista Ilustrada, retratou a chacina do estado, comandado pelo então governador Barata Ribeiro, contra o cortiço carioca Cabeça de Porco. Tudo para construir um túnel.

O túnel dos marinheiros fazia parte da reurbanização do centro carioca. E por reurbanização, entendamos uma nova Paris para as elites. Para se ter uma ideia, quando inaugurada, a Avenida Rio Branco só recebia pessoas de fraque e vestidos chiques.

F. História Avenida Rio Branco

Parte do cortiço, que era habitado por cerca de 4000 pessoas, ficava ao lado do Morro da Providência. Relatos da época dizem que os moradores subiram o morro com os restos de madeira do cortiço, para construir os primeiros barracos da primeira favela.

Favela, que só viria a se tornar substantivo relacionado à moradia, nos anos 20, depois da guerra de Canudos.

G. A Guerra de Canudos e as favelas (1896-1987)

Quem diria que a árvore favela, que povoava um morro no sertão da Bahia, onde havia o arraial de Canudos, viria a ser o nome dado aos morros habitados de maneira precária em todo o Brasil. Um quebra-cabeças de sangue, luta e reflexão sobre a eterna guerra de classes que assola o nosso país. A seguir veremos como surgiram as favelas.

H. A história das favelas e uma árvore

A planta favela tem uma picada ardida. É daquelas cheias de pontinhos espinhentos. Por isso, é preciso tomar cuidado, pois tais espinhos são daqueles que podem tráfegar pelo nosso corpo, criando um caminho próprio. Assim, a dor fica insuportável.

Além disso, a árvore favela é prima da seringueira, da família das Euforbiáceas. Assim como sua prima, ela produz um látex grudento que arde no contato com a pele, podendo causar queimaduras.

Sendo assim, era por ser proliferado com várias Favelas que o morro atrás do arraial de canudos foi batizado de morro da favela. Agora, veremos como essa árvore virou substantivo relacionado à habitação.

I. O Morro da Favela e a Matadeira

O Morro da Favela ficava atrás do Arraial de Canudos. Ou o Arraial ficava na frente do Morro da Favela, mas não interessa agora. O que importa é que havia um morro ali, junto da sociedade evangélica autossustentável, com cerca de 5.000 casas e 25.000 moradores, comandada por Antônio Conselheiro.

Como na demolição dos cortiços cariocas, a madeira também teve papel fundamental. Se lá ela foi usada para construir os primeiros barracos, na Bahia, madeiras compradas por Canudos não haviam sido entregues. Era a madeira para construir a nova e suntuosa Igreja do Arraial de Canudos.

O grupo de Conselheiro já tinha desavenças com o governo federal. Conselheiro era monarquista e não acreditava em um estado laico. Além disso, se desentendeu com os governantes, sobretudo quando começaram a cobrar impostos de Canudos. Ele alegava que, como o estado nunca havia ajudado Canudos, não podia cobrar nada.

Assim, um grupo de Antônio Conselheiro foi para Juazeiro (BA), atrás dos seus direitos. Contudo, voltaram com as mãos abanando, além da morte de 10 soldados na conta. Além disso, trouxeram a raiva dos governantes e do proletariado local, gerando o estopim para a guerra de canudos.

J. O canhão no Morro da Favela

A República acabara de ser instaurada no Brasil. O governo não podia deixar que os favelados nordestinos da época fizessem tal afronta. Por isso, mandaram tropas com cerca de 500 homens para a Bahia. Os nordestinos conseguiram entocar os soldados federais, algumas vezes, em uma espécie de Vietnã do sertão.

Além disso, os nordestinos já haviam vencido o exército 3 vezes. Óbvio que o governo não iria deixar barato. Então, em agosto de 1897, o presidente Prudente de Moraes enviou o ministro da Guerra, Carlos Machado Bittencourt, para acabar com Canudos de vez.

No Morro da Favela, colocaram um canhão chamado A Matadeira. Foi um massacre! 25.000 nordestinos morreram. Quando Antônio Conselheiro morreu, em 22 de setembro de 1897, seus seguidores levantaram bandeira branca. Porém, o exército continuou matando sem dó, nem piedade.

Os soldados voltaram para o Rio de Janeiro. O governo havia prometido uma espécie de “Minha casa, Minha Vida” para os combatentes. No entanto, eles nunca receberam casa nenhuma. Por isso, fizeram greves e mais greves no ministério do exército, atrás do Morro da Providência (olha ele aí outra vez)

Em seguida, cansados de esperar, resolveram subir o morro. Já havia barracos ali – lembre-se do Cortiço Cabeça de Porco. E os soldados não paravam de falar que aquilo parecia o Morro da Favela. Nesse sentido, foi de tanto o termo ser cunhado pelos soldados enganados, que o nome foi se perpetuando na cabeça de todos. Assim, no Morro da Providência, nascia a primeira Favela do Brasil.

Nesse contexto, e com o intuito de entender melhor o processo de favelização, que se deu de forma precárias, pela falta do estado para garantir os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana desses espaços, o próximo capítulos realizaram um breve passeio sobre as garantias constitucionais o abandono estatal e especialmente, caracterizando a econômica social, na tentativa de expor, em algum grau, as diversidades que dali surgem.

2 GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

Neste capítulo será estudado a importância de ressaltar os direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal, para compreender tais violações existentes no submundo chamado favela.

2.1 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Diante de tal contexto histórico, o constituinte se baseou em alguns princípios, em especial o da Dignidade da Pessoa Humana. Sendo este princípio base para outros princípios e ordenamentos versados nos artigos, mostrando a evolução da constituição atual e do valor que o princípio tem no ordenamento jurídico na proteção de direitos. Princípio este que está elencado no inciso III do primeiro artigo da Constituição.

Sobre tal princípio aborda Fahd Awad (2006, p.113):

Adotar a dignidade da pessoa humana como valor básico do Estado democrático de direito é reconhecer o ser humano como o centro e o fim do direito. Essa prerrogativa é o valor máximo, constitucionalmente falando, o valor absoluto. Esse princípio se tornou uma barreira irremovível, pois zela pela dignidade da pessoa, que é o valor supremo absoluto cultivado pela Constituição Federal. (acesso em 3 de setembro de 2020).

Para nortear esse ponto de partida nada mais coerente do que embasar no dispositivo Constitucional, de 05 de outubro de 1988.

É evidente o interesse do legislador em assegurar ao ser humano o direito a uma vida condigna, garantido a todos a possibilidade de adquirir e sustentar uma casa, viver em um ambiente seguro, onde possam ter dignidade e infraestrutura básica e desfrutarem de lazer.

Ocorre que, diante do desenvolvimento das cidades, o crescimento populacional desorganizado, a migração das pessoas para os grandes centros urbanos e o contraditório existente entre a busca de melhores condições de vida e a carência de recursos naturais e financeiros que comportem estes anseios, todos esses fatores resultaram no aumento dos sem-abrigo e de habitações inadequadas.

De acordo com o Repositório da Universidade do Paraná, segundo a Organização das Nações Unidas do Brasil – ONUBR (2013), “o mundo terá 03 bilhões de pessoas vivendo em favelas em 2050 caso não haja ideias para enfrentar a rápida urbanização. Hoje, 1 bilhão de pessoas vivem em locais sem infraestrutura e serviços básicos como saneamento, energia elétrica e saúde”

A importância do estudo dos direitos fundamentais é necessária porque essas prerrogativas são a base de uma sociedade democrática e devem ser conhecidos, estudados e interpretados. Quando se fala em base, identifica-se o propósito que a Constituição da República Federativa do Brasil, teve de idealizar o Estado Democrático de Direito. Pode se dizer que seu estudo tem significativa

importância no contexto social proporcionando que a sociedade tenha real conhecimento de seus direitos sejam eles individuais ou coletivos.

Importante para o entendimento deste trabalho é necessário entender a evolução histórica dos direitos fundamentais. Assim, através de uma pesquisa, de um aluno de Ciência Sociais, que abordou o tema, e fez um “pout pourri” sobre evolução histórica dos direitos fundamentais e social da sociedade, pelo motivo que ela necessitou de mudanças que surgissem efeitos como a proteção dos direitos à dignidade da pessoa humana. A sociedade entendia que se os seus direitos fundamentais não atingissem um grau de proteção à sociedade seria injusta.

Desta forma, baseado em um direito que estaria acima de todos os outros, como o bem a vida, houve a inserção do direito à dignidade da pessoa humana como fundamento para o exercício do direito.

Foi através da pesquisa de campo, do aluno Mário Alex Martins - 2017, que descreveu a evolução histórica que os direitos fundamentais foram sendo conhecidos, houve a necessidade da sociedade se impor contra a opressão, desmandos de uma sociedade que não visava a dignidade da pessoa humana, deixando aqueles mínimos direitos individuais de lado. O indivíduo sentiu a necessidade de sair da sua zona de conforto e ir buscar os seus direitos, um de cada vez, conforme a sua necessidade e possibilidade.

Os direitos fundamentais estão regidos e amparados pela Constituição da República Federativa do Brasil, por ser a carta magna superior às demais normas, esses direitos estão assegurados aos membros da sociedade. Estabelecer conceito em um direito de extrema complexidade não é uma tarefa nada fácil porque existem várias formas de conceituá - lo e através deste estudo pode-se tentar elucidar o conceito de Direitos Fundamentais. Terminologicamente a doutrina é registrada por diversos autores de diversas maneiras como, por exemplo: direitos humanos, direitos humanos fundamentais, liberdades públicas, direitos dos cidadãos, direitos da pessoa humana, direitos dos homens e tantos outros.

O conceito precisa ser adequado porque é uma questão essencial do indivíduo em sociedade, além do mais os Direitos Fundamentais são aqueles positivados em normas que se aplicam internamente em um Estado, ou seja, aquelas que estão inseridas na Constituição da República Federativa do Brasil.

Os Direitos Fundamentais são direitos coletivos de indivíduos inseridos em normas constitucionais, que encerram este caráter regulamentar do Estado, possuindo a destinação de limitar o exercício do controle do governo em face da liberdade individual.

2.2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PARÂMETRO ÉTICO - JURÍDICO

A dignidade da pessoa humana está elencada no artigo 1º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, como um dos fundamentos e traz pela primeira vez a dignidade humana como preceito constitucional. Efetivá-la é garantir o acesso aos direitos fundamentais e sociais previstos nos artigos 5º e seguintes da Constituição. Falar em dignidade da pessoa humana nos dias de hoje não é novidade porque desde o início da humanidade ela já estava presente. Há alguns anos ou mesmo séculos atrás pensar em dignidade humana era algo extraordinário, muitas vezes condenado, ridicularizado como algo impossível. A dignidade humana advém como um dos requisitos para que se efetive os direitos humanos, internacionalizados no século XX após o fim da Segunda Guerra.

Levando em conta a sucessão do tempo, por uma questão didática, pode-se dizer que os direitos humanos foram divididos em gerações, não no sentido biológico, do que nasce, cresce e morre, mas no sentido histórico, de uma superação com complementaridade, e que pode também ser entendida como dimensões. Resumidamente, a primeira geração, contemporânea das revoluções burguesas do final do século XVIII e de todo o século XIX, é aquela que concerne aos dos 'direitos civis' e das liberdades individuais, liberdades consagradas pelo liberalismo, quando o direito do cidadão dirige-se contra a opressão do Estado ou de poderes arbitrários, contra as perseguições políticas e religiosas, a liberdade de viver sem medo.

Por meio de uma pesquisa, de um Doutor em pedagogia da Universidade Federal de Goiás, pontuou que nas definições das Nações Unidas, as seguintes gerações que deram o marco, as prerrogativas dos direitos da humanidade. A 'primeira geração', ou dimensão, constam os direitos de locomoção, de segurança e integridade física, de justiça, expressão e opinião, e de propriedade, resguardando-se direito à moradia. Essas liberdades surgem oficialmente nas Declarações de Direitos,

documentos das revoluções burguesas do final do século XVIII (na França e nos Estados Unidos) e foram acolhidas em diversas Constituições de países do século XIX.

A 'segunda geração', que não abrange apenas os indivíduos, mas os grupos sociais, surge no início do século XX, na esteira das lutas operárias e do pensamento socialista na Europa Ocidental, explicitando-se, na prática, nas experiências da social-democracia, para consolidar-se, ao longo do século, nas formas do Estado do Bem-Estar Social. Refere-se ao conjunto dos direitos sociais, econômicos e culturais: os de caráter trabalhista, como salário justo, férias, previdência e seguridade social, e os de caráter social mais geral, independentemente de vínculo empregatício, como saúde, educação, habitação, acesso aos bens culturais etc.

Em complemento às duas anteriores, a 'terceira geração' inclui os direitos coletivos da humanidade, como direito à paz, ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, ao patrimônio científico, tecnológico e cultural da humanidade, ao meio ambiente ecologicamente preservado; são os direitos ditos de solidariedade planetária. De qualquer ângulo que se observe, essas gerações mostram como continua viva a bandeira da revolução francesa: a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A liberdade nos primeiros direitos civis e individuais, a igualdade nos direitos sociais, a fraternidade, solidariedade como responsabilidade social pelos mais fracos nos direitos da humanidade.

Este breve retrospecto histórico explica o porquê de trabalharmos com a questão da moradia 'para' e 'pelas' pessoas. Elas são portadoras de direitos, direitos humanos, que são fundamentais porque indispensáveis para uma vida com dignidade. Quando insistimos na questão da moradia, damos um novo sentido para essa luta: ela passa a dar corpo e alma à pastoral social ao representar 'dignidade humana'. É nesse sentido que podemos dizer que a cidadania não existe para milhões de brasileiros, excluídos das mais elementares condições de vida e submetidos às mais sórdidas das explorações.

Sem a efetivação da dignidade humana é impossível se falar em um Estado Democrático de Direito realmente eficaz. A dignidade da pessoa humana é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas. Constituindo - se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que,

somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, sem menosprezar a necessária estima que todos merecem enquanto seres humanos, de maneira que não esteja separado de sua dignidade, mesmo que ainda não a reconheça como um atributo ou como uma qualidade inata da pessoa. Infelizmente seria utópico afirmar que assim os direitos humanos são efetivamente protegidos, mas cabe não só aos governos e órgãos internacionais, o papel de proteger e promover esses direitos está nas mãos também dos detentores desses direitos. Cada um como cidadão do mundo, tem o seu papel de continuar a propagação do conhecimento, e da proteção desses direitos.

A luta pela proteção desses direitos não acabou com a criação da ONU. Na atualidade os Direitos Humanos ainda são negligenciados no Brasil, e pelo mundo. A luta continua.

Na periferia propriamente dita, há loteamentos irregulares e imóveis superpovoados, em que muitas famílias dividem um mesmo espaço, pagam alugueis exorbitantes, carecem de saneamento básico, urbanização e legalização de suas moradias.

3 O ABANDONO ESTATAL

Neste capítulo serão apresentadas breves considerações a respeito de Segurança Pública, Políticas de Promoção da Segurança Nacional, Responsabilidade Civil e a Omissão do Estado, no sentido de conceituar teoricamente e legitimar o *campus* de estudo, bem como comprovar sua relevância enquanto área de discussão no campo da ciência jurídica.

3.1 A RESPONSABILIDADE CIVIL E A OMISSÃO DO ESTADO NA FAVELA

A ex - vereadora Marielle Franco, no trabalho de conclusão de curso, elaborou uma pesquisa, que enfatiza as diversas falhas do Estado dentro da favela, seu trabalho foi elaborado através de dados do Rio de Janeiro, mas que de forma niveladora, abrange a todas as favelas do Brasil.

Foram investigados aspectos de infraestrutura, de desenvolvimento econômico e de políticas redistributivas, tais quais as políticas habitacionais, educacionais, de

saúde pública, saneamento básico e geração de emprego e renda, deve-se considerar a perspectiva de desenvolvimento local integrado e sustentável, que pressupõe a articulação e a cooperação intersetoriais, uma vez que as políticas sociais tendem a ser marcadas pela fragmentação institucional e pela falta de coordenação das diferentes iniciativas, inviabilizando soluções efetivas e sustentáveis.

O que se observou é um grau de dificuldade e impasse na conformação de parcerias entre os setores público e privado que, de fato e de direito, garantam, a partir dos objetivos sociais, as prioridades à execução de políticas efetivas pertencentes à cidade, sendo especificamente nesses espaços, também conhecidos por territórios populares.

Algo relevante a ser considerado são as políticas de controle social implicadas nas propostas administrativas da organização democrática. Estas viabilizam ou forjam as dimensões do Estado. Projetos institucionais de enquadramento do “anormal”, nos termos impostos por uma espécie de controle da “saúde coletiva e individual”, transmutam na base das estratégias do Estado para lidar com o novo problema: o paradigma da participação na gestão da população favelada.

Grande parte da população é marcada por percepções segundo as quais as favelas são vistas como territórios, em oposição ao conjunto da cidade. Tal fato tem grande interferência na vida dessas comunidades, pois com frequência o papel do Estado é legitimado pelo senso comum, o que reforça as incursões policiais e uma atuação diferenciada dos territórios da cidade.

Decididamente, o Estado cumpre um papel de agente para o mercado e não agente de cidadania. Existe negligência e abandono desses territórios, de modo a que grupos criminosos armados o tráfico ou as milícias acabam por impor a sua própria ordem, seja com a complacência ou com a indiferença do conjunto da cidade.

Partindo dos primórdios, a sociedade sempre passou por uma fase de adaptação em seu meio social, desde que o ser humano passou a viver em comunidades, sempre existiu as relações hierárquicas de subordinação a quem detivesse o poder. O direito administrativo após lutas incessantes ganha forma na Teoria da Separação dos Poderes, surgindo o Estado de Direito que era a própria vontade expressa da lei até então a vontade do Monarca intitulada como Poder Absoluto.

Em relação ao conceito de Segurança Pública, o conjunto de processos destinados a garantir o respeito às leis e a manutenção da paz social e ordem pública. Inclui ações para prevenir e controlar manifestações de criminalidade e de violência, visando à garantia do exercício de direitos fundamentais.

3.2. O Estado de exceção

Frente à demanda urgente de literatura científica correspondente, de acordo com os arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 73 (2): 21-36. Nos seguintes registros, teve-se o intuito, para complexificar a regulação das relações sociais em favelas por grupos civis armados. Isto é, a partir dos excertos, propomos aqui ressaltar alguns emaranhados de forças e interesses que constituem a manutenção dessas práticas informais de legislação e garantia de direitos que, para muitas pessoas que habitam as favelas, são os meios possíveis para obter aquilo que entendem como justiça. Entre o medo e a legitimidade de recorrer aos “meninos do tráfico”, e a impossibilidade ou extrema dificuldade de acessar os meios oficiais de justiça, moradoras e moradores de favelas se veem diferenciados em relação aos demais habitantes da cidade no que tange o acesso a direitos e conseqüentemente à cidadania, potencializando angústias e descrenças nas instituições e no Estado. Contudo, consideramos importante aqui ressaltar que é uma preocupação nossa autoras e autor deste texto não gerar uma dicotomização vulgar, lugar comum, de “bom” e “mau”, “certo” e “errado”, que amputa e invisibiliza as complexas discussões a respeito do tema e que está tão presente na maneira como o assunto é tratado - pela via da criminalização na grande mídia, a partir do uso de termos como “poder paralelo” e “tribunal do tráfico”

Políticas de exceção em territórios: interesses na “cisão” favela cidade. Entre os discursos a respeito das favelas, predomina a concepção apartada de que elas constituem territórios não integrantes à cidade. Fazendo um paralelo com a biologia, a favela surge como uma espécie de corpo estranho que penetra o interior do tecido da cidade na condição de um organismo invasor, ou seja, um corpo estranho nocivo ao desempenho biológico do organismo saudável, entre os quais não deveria haver qualquer relação. Ou então como uma espécie de câncer, proliferação de células com

mutações malignas ao organismo como um todo, muitas vezes acarretando grande impacto na saúde e qualidade de vida do corpo em questão.

Para Coimbra (2001) a utilização da terminologia “guerra” é funcional à implementação dessas medidas violadoras de direitos que transformam o criminoso em inimigo. O Estado, atuante segundo um modelo de “estado de guerra”, elabora sua política de segurança de forma altamente militarizada e transforma sua função de prender e julgar os criminosos – comerciantes varejistas de psicoativos nas favelas – , na função de executar inimigos. “O ‘criminoso’ é transformado em alguém mau, portador de uma essência maléfica, podendo-lhe até mesmo ser retirado o status de ‘humano” (Coimbra, 2003, p.11). E a esse movimento, intimamente relacionado à instituição de territórios de exceção, Mbembe (2016) denominou como exercício do necropoder, a partir do qual o:

cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para utilizarem seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de seus meios de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis (p. 138).

A construção no imaginário social das favelas, enquanto espaço propenso à formação de criminosos, testemunha não só o comerciante varejista de psicoativos como inimigo do Estado, alguém que precisa ser eliminado, mas, igualmente, opera em relação a toda e qualquer pessoa daquela área. A ação violenta, instituída pelo Estado, passa a ser defendida inclusive pela população geral, pautando-se nesse imaginário em que o favelado negro e pobre é compreendido como sinônimo de traficante, fomentando a criminalização da favela, da negritude e da pobreza.

Assim, favelas tornam-se regiões da cidade com especificidades em diferentes aspectos, territórios de exceção, inclusive no campo da segurança pública, gerando impactos até mesmo no que tange à democracia. Conforme afirma Renato Cinco, o ex -vereador da cidade do Rio de Janeiro, do Partido Socialismo e Liberdade.

A democracia conquistada no final dos anos 80 no Brasil ainda não foi experimentada por moradores e moradoras dessas áreas, tendo em vista, por exemplo, a violência física e simbólica praticada nesses espaços por agentes do Estado. Afinal, tudo é pretexto quando se fala em combate ao tráfico: a utilização de tropas das Forças Armadas, a expedição de mandados de busca coletivos, a legitimação de verdadeiros massacres.

Romper com a cisão Favela-Cidade é um processo que não consiste somente na afirmativa de um enquanto parte relacional e necessária do outro, ou seja, da favela enquanto necessária e integrada à dinâmica da cidade. É importante entendermos,

antes de mais nada, que essa dicotomia visa preservar privilégios. Privilégios como aqueles que se instituem a partir da criação de espaços de exceção, da desvalorização da mão de obra, da dificuldade no acesso a direitos, que resultam no manutenção da desigualdade racial, impossibilitando ainda mais a ascensão social e culminando no extermínio (histórico e estatístico) da população negra.

Uma das consequências dessa citada ausência do poder público nesses espaços (a partir de outras políticas que não exclusivamente orientadas à segurança pública) surge com força avassaladora nos anos 1980, de acordo com pesquisa realizada por Caco Barcellos (2003), que deu origem ao livro *Abusado* (obra em que é feita uma discussão sobre o processo de ocupação populacional do morro Dona Marta, localizado em Botafogo, bairro nobre do Rio de Janeiro). Trata-se do comércio, que é varejista, de alguns psicoativos ilícitos, as “drogas da favela”. Esse comércio se intensificou e ganhou notoriedade quando associado com a expansão do uso da cocaína (Barcellos, 2003), “droga da favela”, que trouxe grande lucratividade para alguns dos envolvidos, distinguindo aqui, que, na hierarquia do empreendimento de comercialização, não são todos os trabalhadores que desfrutam dos grandes lucros gerados pelo negócio.

Aliado a esse contexto, revela-se como fator significativo o reconhecimento social de que o exercício de uma atividade relacionada ao comércio varejista de “drogas da favela” oferece a jovens que sempre tiveram seus direitos negados, despontando, como um dos atravessamentos desse processo, o êxito da implantação de organizações do chamado “poder paralelo” nesse espaço (Barcellos, 2003). Os agentes desse “poder” foram desenvolvendo práticas de resistência, enfrentamento e negociações nos territórios, passando a ter legitimidade para conduzir também, de maneira local, questões relativas ao cotidiano das favelas que por vezes não eram possíveis de serem acessadas pelo poder público.

Por fim, concordando com Silva e Leite (2007), é importante lembrar que:

a literatura pós-colonial questionou a compreensão do Estado com base no que confor-maria o modo específico de constituição e desenvolvimento dos Estados-nação europeus (centralização do poder, monopolização da violência, afirmação do princípio da territorialidade da obrigação política, universalização da cidadania), que é tomado explícita ou implicitamente como modelo para outros países, outras culturas, outras temporalidades. (pp. 552-553).

Ainda segundo esses autores, na exploração das “margens do Estado” (p. 553) – territórios, populações, práticas que são produzidos pela dinâmica do próprio Estado moderno –, observa-se um funcionamento do Estado vinculado;

aos critérios efetivos de cidadania e às diferentes modalidades de aplicação da lei em casos específicos, às relações estabelecidas no tempo e no espaço – portanto sempre datadas e situadas – entre as instituições estatais e seus agentes com os diferentes segmentos da população que habita o território nacional, bem como à percepção destes acerca do funcionamento institucional (p. 553).

Impera na sociedade brasileira um abandono da univocidade da cidadania, e esse modo de integração entre Estado e sociedade reproduz uma brutal desigualdade social e política (idem). Portanto, argumentos pautados no uso da violência e na lógica da vingança não podem ser suficientes para negar uma outra experiência de Estado com a qual se convive no Brasil.

Nas favelas em “estado de exceção”, encontram-se as mais diversas formas de exercer poder e controle local. Um olhar um pouco mais disponível ao encontro permite observar a operação de diferentes governos ou dispositivos de governamentalidade nos distintos espaços e em diferentes momentos, cada um com suas leis e regras mais ou menos instituídas, bem como diferentes tecnologias de poder mais ou menos organizadas, o que está para muito além do padrão “bem” e “mal”.

4 O SUBMUNDO NA FAVELA

O capítulo a seguir será dividido, entre a exposição da realidade estrutural da favela, a miséria e seus mais diversos obstáculos de uma vida indigna, bem como o preconceito vivido pelos moradores dessas comunidades, como também as privações vividas, além disso, em breve resgate histórico da influência da música, de quem fez da sua realidade virar canção e as demais perspectivas de vida dos habitantes dali, os dados colhidos para fundamentações dos relatos, foram colhidos de blogs e institutos que são voltados, com pautas para a favela.

4.1. A MISÉRIA NA FAVELA

Quase todo mundo tem como objetivo de crescer, constituir família e ter um bom lar para morar, porém nem sempre as coisas acontecem como planejado. Impregnada na história do Brasil e também do mundo, as favelas garantiram seu espaço social e continuam crescendo, principalmente, em países subdesenvolvidos. O que nem sempre é mostrado de maneira correta é o funcionamento, o desenvolvimento e a vida nas favelas. (Disponível em: <http://renatocinco.com/teste/?p=7570>. Acesso: 14.dez.2017).

(Disponível em: <https://psolcarioca.com.br/2017/08/02/manifesto-do-setorial-de-favelas-do-psol-carioca/> Acesso: 15.dez.2017).

(Disponível em: <http://of.org.br/acervo/artigos/adeus-cidade-partida/> Acesso: 26.out.2017).

Através de uma pesquisa feita pela CAPs, em favelas, que reuniram pesquisadores da FIOCRUZ e moradores, foram retirados os seguintes relatos do cotidiano na favela, inseridos no projeto como bolsistas de pesquisa, ampliada por outros moradores, pesquisadores e profissionais, com o objetivo de discutir temas, problemas e soluções para o território. A ideia de reunir, confrontar e estabelecer diálogos entre distintos saberes e perspectivas, pretende a contextualização e transparência tanto à produção de conhecimento quanto aos possíveis processos de compreensão e engajamento, principalmente dos moradores, mas também de técnicos e instituições responsáveis pela implementação de políticas públicas.

(...) a remoção, ela acontecia de um dia pra o outro, do tipo 'amanhã vai ter remoção' e já vinha um caminhão pra fazer a mudança, os ônibus pra levar as pessoas e o trator pra demolir a casa. Então não dá pra avisar a diretora da escola que o filho vai faltar por um tempo, não dava pra avisar a patroa ou o patrão ou a empresa, não dava pra nada! Num dia você estava morando num lugar, no outro dia você estava sentindo sua mudança em outro (Gleide Guimarães, moradora de Mangueiros).

Essa é a memória histórica, o fantasma das remoções que acompanha os moradores desde suas chegadas ao lugar, sujeitando-os a uma eterna peregrinação e ao sentimento de provisoriedade e de transitoriedade. Com o PAC não foi diferente. O Programa atingiu muitas famílias, agravando muitas vezes problemas de saúde como a depressão, a hipertensão, diabetes, problemas cardíacos, uso de drogas lícitas e ilícitas, entre outros.

Quando se começou a falar de PAC, sentimentos, incertezas e expectativas se misturaram, com pessoas apreensivas quanto ao que estava por acontecer. Incertezas pela falta de informações, provocando desestímulo e um eterno

sentimento de provisoriedade, como bem expressa Gleide Guimarães: “Vai mudar, mas não dê certeza. Vai demorar, de repente muda de uma hora para a outra. No Natal é natural fazer reformas, melhorias, mas ninguém faz. Ninguém tem nenhum controle sobre as mudanças nos seus lugares de moradia, nas suas vidas” (entrevista, agosto de 2009, Laboratório Territorial de Manguinhos).

Esse sentimento de provisoriedade afeta o sentido de pertencimento dos moradores, ambos gerados sob ameaças concretas desde os anos 1960 que perduram até os dias de hoje. Isto porque em tempo algum nenhum governo impôs aos moradores seus planejamentos para a região.

Houve mudança na forma, mas a essência permanece a mesma. O PAC trouxe de volta a inquietação, mas desta vez disfarçada pelas formas de negociação (Compra Assistida, Indenização ou Aluguel Social), todas com valores defasados e prazos apertados, obrigando uma retirada desesperada do morador pressionado a aceitar qualquer negócio ou a escolha de viver em meio a escombros tendo por vizinhos ratos e demais vetores, sujeitando-se à falta d'água, rede de energia ainda mais precária e ao aumento da violência proporcionada pela escuridão e possibilidade de abrigo de usuários de drogas.

Para o morador de uma favela em Manguinhos, a noção de pertencimento é forte, por ele ter sobrevivido aos anos de remoções, às muitas enchentes, a alguns incêndios, sem contar com a violência do tráfico e da polícia. Essa geração, que hoje chega aos 60, 70 e até 80 anos, sonhou com um Manguinhos melhor e viu no PAC uma oportunidade. Tirá-los de sua casa, de seu território, mesmo que seja como proposta de melhorar sua qualidade de vida, sem considerar seu envolvimento nas discussões, sem conhecer sua história e de seu território, significou violentá-los mais uma vez.

Como consequência de tudo isso, não nas estatísticas oficiais, mas como quem conta os prejuízos de guerra, contamos os nossos mortos ou os adoentados que foram derrotados por esse processo desumano, ou ainda os exilados territoriais, expulsos de seu chão indo para lugares cada vez mais afastados do grande centro, dando origem a outras comunidades que no futuro reproduziram essas mesmas situações de desigualdades. (Gleide Guimarães, Segunda Oficina, 23/11/2013, Biblioteca Parque de Manguinhos).

Os resultados das remoções para os indivíduos, famílias e para a coletividade em favelas são quase sempre invisíveis. E não podemos ainda dimensionar sua amplitude.

Estamos, portanto, diante de um problema histórico de várias favelas, que as políticas públicas que foram de modo midiático, não respondeu: os limites do saneamento público universal, que não atinge determinadas localidades e é implementado e mantido de forma precária em outras tantas.

A dinâmica das políticas públicas urbanas, coloca-se aqui como outra dimensão presente no desastre do temporal, sendo que, em particular, o Favelas teve um efeito acelerador dos problemas no Complexo, não apenas porque não respondeu à demanda do saneamento, mas também porque produziu outros, em função do impacto das obras na região e das mudanças produzidas na configuração espacial.

Os limites do saneamento, no que diz respeito ao acesso e a sua manutenção (em especial a precariedade do sistema de esgoto, a falta de drenagem de águas pluviais e o acúmulo de lixo, principalmente depois das obras que deixaram vários entulhos) contribuiu para que a chuva tivesse um impacto dramático no território, ocasionando o desabamento e fazendo emergir um dos maiores problemas atuais no Complexo: as moradias em risco.

Cabe aos movimentos sociais, pesquisadores e instituições, cobrar do Estado construir condições efetivas para reverter tal situação.

4.2. O preconceito vivido na pele dos periféricos

Por meio de um artigo, do Jornal Data Popular, Renato Meirelles, destacou que o Rio de Janeiro e São Paulo são exceção, porque um terço da mão de obra feminina das favelas é formada por empregadas domésticas. “E o Rio de Janeiro tem um fenômeno que não ocorre em outras regiões metropolitanas, que é uma presença maior de favelas nas áreas nobres da cidade”, destacou. Isso explica a maior interação entre moradores do asfalto e de favelas.

Meirelles chamou a atenção para outro fato significativo nessa relação: “Em pesquisa, encontramos muita gente que não disse explicitamente que morava na favela a seu patrão. É muito comum a gente encontrar casos de pessoas que dão uma enroladinha sobre o local onde realmente moram”.

A pesquisa constata a existência de preconceito relacionado à violência: 69% dos entrevistados do asfalto disseram que têm medo quando passam em frente a uma favela e 51% afirmaram que as primeiras palavras que lhes vêm à mente quando

ouvem falar de favela são droga e violência. “Eles têm medo de que, ao contratar um morador de favela, se tornem mais uma vítima de roubos ou assaltos, como se os moradores de favela fossem efetivamente ladrões quando, na verdade, a gente sabe que a criminalidade não existe somente de parte da favela”, analisou Meirelles.

Para ele, criou-se um estigma no país, relacionado à favela, de associar esse território à criminalidade. “[Isso] vem da origem da favela, que foi fruto da ocupação e da ausência do Estado”. A consequência foi o tráfico se colocar como poder paralelo, observou. Meirelles pondera, no entanto, que a violência está presente, hoje em dia, tanto no asfalto quanto na favela.

Segundo o presidente do Data Popular, a associação da favela com drogas e violência é uma visão estereotipada que, muitas vezes, se alimenta de um conjunto de noticiários negativos vinculados às comunidades. Segundo ele, o retrato que os moradores do asfalto têm dos moradores de favelas mostra um aspecto cultural.

Meirelles constata que inclusive conseguir um emprego é mais difícil para o morador da favela, pois a maioria desses moradores é negra. Além disso, há participação maior de mulheres como chefes de família e elas ganham menos do que os homens. Outro ponto é que a escolaridade na favela é menor que no asfalto. “Ou seja, na favela tem muito menos oportunidades do que no asfalto para conseguir abrir o seu negócio, para conseguir um emprego de boa qualidade ou melhorar economicamente.”

Quase a metade dos jovens que vivem em favelas evita dizer o local onde mora ao frequentar espaços fora de suas comunidades, segundo pesquisa sobre aspectos econômicos e sociais das favelas brasileiras, divulgada hoje (20) pelo Instituto Data Popular, em parceria com a Central Única de Favelas. O estudo aponta que 49% dos entrevistados preferem não revelar que moram em favelas por medo de sofrer preconceito e que 75% acreditam que quem vive em favela sofre preconceito.

A favela pode refletir um baixo desenvolvimento social em âmbitos econômicos, mas também, reflete o crescimento, desenvolvimento, diversidade e fortes traços culturais independentes. A favela precisa ser assistida, não com mais protagonismo, mas como parte social que muito tem a oferecer para mover o desenvolvimento nacional se bem planejado e executado. A história pode ter começado com a rejeição que se arrasta até os dias atuais provocando descaso, mas sem dúvidas guarda mistérios e tesouros valiosos e ainda desconhecidos!

4.3. A inviabilidade das oportunidades

Uma pesquisa divulgada em dezembro de 2023, por Carolina Pessoa - Repórter da Rádio Nacional, traça um perfil dos moradores de favelas.

A pesquisa também aponta que mais de 40% dos participantes estão desempregados, 54% moram com 3 a 5 pessoas e mais da metade tem filhos. Além disso, 23% possuem atividade extra para complementar a renda.

De acordo com Salvino Oliveira, secretário municipal da Juventude do Rio de Janeiro e idealizador da pesquisa, essas disparidades são resultado de vários fatores históricos. Ele aponta esse cenário como um grande desafio.

(Quem segura um fuzil quando o menor sonhava em ser jogador
Mas, sem dinheiro, não decola
Sem dinheiro são poucas escolhas
O favelado na favela vive dentro de uma bolha
O favelado na favela vive e sobrevive nela
. Favela Vive; 2018”).

Salvino também destaca a importância do relatório.

O estudo mostra ainda que quase 40% dos participantes não têm acesso a lazer e cultura. Entre os principais problemas enfrentados estão emprego, para 21%, esgoto a céu aberto, para 13%, coleta de lixo, para 11%, e falta de água, para 10%.

A pesquisa foi realizada pela secretaria municipal da Juventude do Rio de Janeiro e contou com a participação de jovens de 42 favelas da cidade, integrantes do projeto JUV Rio com a Unesco de formação de líderes locais.

4.4. A voz do RAP

Morro, pés descalços na ladeira
Lata d'água na cabeça
Vida rude alvissareira
Criança sem futuro e sem escola
Se não der sorte na bola vai sofrer a vida inteira
Morro, o teu samba foi minado
Ficou tão sofisticado, já não é tradicional
Morro, és lindo quando o sol desponta
E as mazelas vão por conta do desajuste social

Nelson Sargento

Como vimos, as oportunidades na favela sempre foram muito poucas, segundo o jornalista Thiago da Costa Oliveira, que atua como redator na rede, gerando falcões, que resgatou um pouco do início da música no cenário das favelas.

Quando os moradores descem para o asfalto a procurar oportunidades melhores, são rejeitados, pelo racismo estrutural, e principalmente pela origem de onde vem.

Neste universo, a música popular, principalmente o samba, se constituiu em uma das formas mais contundentes de expressão dos grupos sociais subalternos. A música foi o meio encontrado pelas camadas populares, desde as primeiras ocupações, no início do século XX, para exprimirem sua visão da realidade, registrarem sua concepção de mundo e dar eco aos sentimentos daqueles que estão sujeitos às consequências mais cruéis do sistema vigente.

O samba surgiu na virada do século XIX para o século XX, na periferia do Rio de Janeiro, cantado por ex-escravos, trabalhadores, excluídos, enfim, todos aqueles que não participavam da vida social da capital da República. Nessa periferia, na região da Praça Onze, que Heitor dos Prazeres chamava de “pequena África”, é onde nasce o samba carioca, a partir dos ritmos africanos, como o batuque e o lundu, e outros ritmos que faziam sucesso à época, como o maxixe e a modinha. Sobre a “pequena África”, Sérgio Cabral afirma:

A Praça Onze ficava no centro de uma região que reunia o morro da Favela, morro São Carlos, Rio Comprido, Catumbi, Cidade Nova, Estácio de Sá, Saúde, Gamboa, Santo Cristo etc., os bairros ocupados pela comunidade negra carioca. Para os moradores dos subúrbios e das favelas da Zona Norte, a praça também oferece fácil acesso, pois ficava ao lado da Central do Brasil (MOURA, 2004, p. 59).

Ainda sobre o surgimento do samba e sua profunda ligação com a realidade das favelas cariocas, que mais adiante serão reconhecidas como reduto do gênero, José Ramos Tinhorão explica:

Ao contrário do que se imagina, o samba nasceu no asfalto; foi galgando os morros na medida em que as classes pobres do Rio de Janeiro foram empurradas do Centro em direção às favelas, vítimas do processo de reurbanização provocado pela invasão da classe média em seus antigos redutos (MOURA, 2004, p. 63).

Neste período, assim como todas as manifestações culturais de origem africana, o samba foi fortemente reprimido, revelando seu caráter de oposição à cultura hegemônica.

“Mas é sobretudo a partir dos anos 20, com a consolidação do samba e da marcha enquanto gêneros musicais do proletariado urbano, que se fixa e amadurece a característica de crítica social e de costumes da música popular” (COUTINHO, 2002, p. 43).

Se as comunidades populares do Rio de Janeiro iniciaram o século XX tendo no samba sua principal forma de expressão, no começo do século XXI não há como falar sobre favela sem tomar em conta outro gênero musical que surge nestas comunidades, a partir de ritmos da cultura negra, e incorpora traços da cultura oral e popular destes espaços: o RAP

No final da década de 70, a música disco tomou conta das pistas de todo o mundo. Na mesma época, chega ao Brasil o hip-hop, movimento que nos Estados Unidos possuía tradição mais politizada. O inconformismo e os conflitos sociais presentes nas letras do movimento hip-hop, no entanto, eram filtrados pela barreira da língua.

A partir do surgimento das posses, o movimento hip-hop, principalmente o rap, se consolidou como uma das formas de expressão mais contundentes das periferias e favelas dos grandes centros urbanos.

O segundo fator importante para divulgação do hip-hop foi a atuação das rádios comunitárias. O melhor exemplo disso é a Favela FM que fica na favela Nossa Senhora de Fátima em Belo Horizonte. Durante os anos 80 e 90 o maior desejo de qualquer rapper era ouvir sua música tocada no programa “Uai rap soul”.

A história da Favela FM confunde-se com a da divulgação do hip-hop pelo país. Por muitos anos, desprezado pelos meios de comunicação, o hip-hop encontrou nas rádios comunitárias um microfone aberto. Devido à importância dessas rádios, a Favela FM, por exemplo, é citada em uma das letras do grupo Racionais MC 's (ROCHA, DOMENICH, CASSEANO, 2001, p. 86).

Nos últimos anos da década de 90, o rap brasileiro saiu da periferia e se tornou conhecido por conta, principalmente, do sucesso de vendas do grupo Racionais MC 's. Em 1997, o disco “Sobrevivendo no Inferno”, produção do grupo sob o selo independente Cosa Nostra, vendeu um milhão de cópias, chamando a atenção tanto das gravadoras quanto da mídia.

Os grupos de RAP, cantavam em suas letras a realidade de um favelado, músicas essas que faziam denúncias das mais diversas violações sofridas ali, pela ausência do Estado, a miséria, precariedade estrutural, a violência da polícia, entre outros problemas ali existentes.

O RAP foi uma válvula de escape, de quem não aceitou ter como única oportunidade o crime.

4.5. Perspectivas de um favelado

Segundo a pesquisa, realizada a partir de uma parceria entre o Instituto Data Favela, Locomotiva e a Central Única de Favelas (CUFA), sobre as perspectivas de moradores das comunidades favelizadas.

Essa perspectiva muda quando são os próprios moradores a definir a vida nas favelas: alegria, família e amizade. Eles não deixam de citar a pobreza, mas a soma final é positiva. Apesar de toda precariedade, descaso e abandono, 43% dos entrevistados dão nota 10 para felicidade, ou seja, se consideram felizes.

Além disso, quando perguntados sobre sonhos, o principal é ter a casa própria e 52% dos entrevistados são otimistas em relação à realização de seus objetivos. No que diz respeito ao âmbito profissional, cerca de 4,8 milhões de pessoas querem empreender. Esse número corresponde a 35% da população nas favelas. Desse total, 75% das pessoas estão confiantes de que conseguirão empreender.

“O morador de favela precisa ter consciência da potência que ele tem. Logo, quando ele vê uma pesquisa dessas, que aponta que o sonho de vários moradores de favela é empreender ou que o território que ele mora movimentava, anualmente, R\$ 119,8 bilhões, ele vê que não está sozinho e ganha confiança para quebrar paradigmas e realizar sonhos”, diz Celso Athayde, CEO do Grupo Favela Holding e fundador do Data Favela.

Do lugar de “horrores” nascem novos artistas, músicos e escritores. Conhecidos e apreciados. A arte existe e muitas vezes são expostas nos muros, contendo pensamentos práticos que muitas vezes estão presos nas teorias dos doutores que não os põem em prática.

5 NA VOZ DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Por fim, no último capítulo e não menos importante, foi abordado a obra literária, Quarto de despejo - Diário de uma favelada, da escritora Carolina Maria de Jesus, que reúne mais de 4.500 páginas manuscritas em trinta e sete cadernos, dentre

os quais, foram destacados pequenos relatos da escritora, do seu dia a dia na favela de abusos e humilhações, envoltos na realidade da década de 1960. (Disponível - Reprodução: Arquivo Nacional / Domínio Público)

5.1. QUARTO DE DESPEJO

No livro autobiográfico, QUARTO DE DESPEJO - Diário de uma Favelada, escrito por JESUS, Carolina Maria (1960). Ela relata a vida de uma mulher solteira, mãe de três filhos, catadora de papel, residente de uma favela em São Paulo. Através de um caderno, que a mesma intitula como diário, não só observamos as suas dificuldades para contornar a fome e a falta de dinheiro, a violência, famílias sem condições dignas nenhuma com diversos filhos, por diversas vezes destaca a vontade de sair da favela, também lista seus pensamentos em torno de pautas políticas, sociais e relativas à própria escrita.

Em um trecho do livro, segundo Carolina Maria de Jesus:

(“Eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos.”).

A metáfora é forte e só poderia ser construída dessa forma, em primeira pessoa, por alguém que viveu essa condição, vivida na pele de uma negra, semi analfabeta e favela.

Percebe-se, ao folhear o livro, o teor social e questionador, intercalado com as especificidades políticas e abrangendo os diversos aspectos, como as questões raciais, o alcoolismo, a fome, a pobreza e a violência doméstica, envoltos em uma denúncia e reflexão sobre a favela.

O discurso de Carolina em sua obra, após décadas, se torna contemporâneo e não o afasta da tradição literária atualmente. Em pleno século XXI, temáticas tão discutidas e questionadas já faziam parte da reflexão da autora, de certa forma, explícita em seu livro. Trazendo um viés atrelado a diversos discursos, ela aborda de maneira reflexiva a consciência política, razão pela qual não aceitava as falsas promessas de políticos que visitavam a favela em época de conseguir votos e, pós-eleições, fechava os olhos para os favelados.

Essa postura política não perdeu suas raízes na contemporaneidade. A consciência de negritude, a aceitação de ser negra, o orgulho pela sua ideologia e o

empoderamento em sua escrita para relatar suas inquietações, preconceitos vivenciados no dia a dia e de como era difícil entrar no âmbito literário, sobretudo por ser moradora de favela, mulher solteira e preta. Sem embargo, “Quarto de Despejo” é um espólio no qual a escritora, deixa um legado de escrituras sobre como era sua rotina naquele ambiente, e de como era a estrutura da favela no ano de 1960.

Um olhar nítido de quem percorreu becos e vielas entre barracos e o lixão à procura de sanar sua fome e a de seus filhos que dependiam dela. Mas lançamos essa ótica na favela atual, principalmente em relação à violência, fato que cada vez mais reúne moradores para passeatas e manifestações em prol da liberdade de ir e vir, tanto fora como dentro da favela.

No livro “Quarto de despejo”, a autora tece minuciosamente os dias de sua batalha em um ambiente de miséria, ganância, problemas sociais, promessas de políticos e extrema violência. Carolina escrevia com dedicação essas linhas, muitas vezes, como ela própria relatava, com fome e vendo seus filhos também irem dormir de estômago vazio. Agindo assim, ao escrever fazia um apelo, para que todos aqueles que fossem ler seu livro, a libertarem desse cativo ignóbil.

Eu deixei o leito às 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa a pensar nas misérias que nos rodeiam. [...]Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que residio num castelo cor de ouro que reluz na luz do Sol. Que as janelas são de prata e as luzes brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. [...]É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. (JESUS,2014,p.58)

[...]Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. (JESUS,2014,p.36).

Cheguei em casa , fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendiei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os péssimos vizinhos que eu tenho não dão socôgo aos meus filhos.Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gozar descanso. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte (JESUS,2014,p.12).

Verifica-se, após o exposto acima, na voz da escritora, Carolina Maria de Jesus, todo enfoque histórico que motiva a problematização em comunidades periféricas, o grito de socorro, não de aspecto dramático, contudo exprimindo em um formato realístico, de quem foi esquecido, no submundo favela.

5.1. Carolina Maria de Jesus

Quem foi Carolina Maria de Jesus? Em um breve resumo de sua trajetória, Publicado por Alanis Zambrini - Última atualização: 19/3/2024, conta quem foi essa mulher de garra, que conseguiu se tornar escritora, através dos relatos do seu dia a dia, em seus cadernos.

Mulher, escritora, negra, pobre e com pouco estudo, escreveu o terror vivenciado na favela e, ao mesmo tempo, demonstrou uma libertação e uma ruptura na grade literária

Era uma mulher com uma personalidade forte e apaixonada por escrever e ler, acreditava na utopia de se consagrar escritora, ciente da conjuntura social na qual se encontrava e em nenhum momento recuou diante de seu ponto de vista de retratar a favela, até porque possuía uma intensa propriedade para escrever sobre isso.

Na década de 1950, Carolina descrevia uma comunidade com tantos problemas de infraestrutura, miséria, dominada por drogas, roubos, desemprego e ausência de policiais para uma maior segurança. A favela do Canindé, em São Paulo, hoje Marginal Tietê, na qual Carolina residia com seus três filhos, dividindo barracos com 99 famílias, tinha diversos problemas, como a infraestrutura e a falta de água potável, até mesmo similares com a atualidade.

Nesse cenário, problematizado um panorama na obra “Quarto de Despejo” em uma linha tênue sobre o papel da mulher negra na década de sessenta. Foram analisados os conflitos e as desigualdades existentes na favela do Canindé, denunciados por Carolina, e nesse contraponto comparar se seriam os mesmos no contexto sócio histórico e político atual.

Nessas comunidades, moram famílias trabalhadoras e honestas, que por não terem outra oportunidade, devido às suas condições financeiras, se adaptam à sobrevivência imposta pela sociedade, e sofrem os efeitos causados pela desigualdade social brasileira. A favela sempre fez parte da cidade, por mais que as pessoas do asfalto, com seus preconceitos e inseguranças, classifiquem que lá residem só “marginais”.

Hipoteticamente, por que Carolina para denunciar a favela, e suas péssimas condições de vida, teria mencionado suas relações nada amistosas com alguns vizinhos, no livro. Visto que eles desfrutavam da mesma miséria, pobreza e desigualdade.

Sua trajetória é marcada por preconceitos, racismo e desigualdades. Mulher negra, pobre e semianalfabeta, em uma sociedade que sempre a viu com repúdio e ojeriza. Carolina levantou uma bandeira de resistência e liberdade. Com pouco estudo e anseio por conhecimento, sua vida perpassou por uma transformação concernente ao residir em uma favela nos meados de 1960, ano em que existiu um forte crescimento da economia do país, período que ficou conhecido como o “milagre econômico”.

Aleatória a tudo isso se encontrava nessa escritora, empenhada em publicar seu primeiro livro, “Quarto de Despejo”, obra que a consagrou no meio literário, através de um jornalista designado para cobrir uma matéria e que a descobriu em meio a um tumulto na favela. A partir desse dia, sua passagem para uma vida confortável e promissora estava se realizando. Consolidou-se no trâmite literário e sua obra circulou por diversos países e foi traduzida em várias línguas. Viajou por muitos lugares para a divulgação do livro, libertando seus filhos e ela própria do cativeiro do horror, da miséria, da desumanidade, da violência e do preconceito.

Analisar sua obra é se transportar para dentro do seu mundo e da sua subjetividade, ler suas escrivências nos leva para dentro do seu barraco, da sua luta diária para conseguir alimento para seus filhos. Diante disso, pode-se afirmar que essa obra se torna tão atemporal, pois quantas Carolinas não encontramos dentro de nós mesmos?

Dessa maneira, estudar Carolina e sua escrita marginal, torna esta pesquisa pertinente, pois, seu grito ecoado em forma de palavras, abarrotado de ideologias e convicções, com a persistência e vitalidade de ocupar um lugar melhor, distante daquela simbiose, ressoa até hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, diante de tudo o que foi discutido, constatado e pesquisado, Favela esse nome não é difícil de ser identificado por aqueles que um pouco conhecem. Mais fácil ainda é encontrá-las nas páginas policiais. O senso comum é enfático ao responsabilizar essas localidades pela violência da cidade. As pessoas, no entanto, baseadas nesse senso comum enraizado, não se preocupam em procurar as verdadeiras causas dos problemas nem ao menos diferenciá-las das 10 mil favelas que existem no Brasil. Estas, por outro lado, não só fazem parte da história como muito explicam as suas atuais estruturas sociais e econômicas.

Os fatos históricos demonstram que elas sempre foram deixadas à margem das políticas públicas e à sua população nunca foi dada a devida atenção. Se hoje as favelas representam territórios atrasados em relação ao resto da cidade, destituídos

de infraestrutura básica e educação, a responsabilidade é em grande parte da sociedade como um todo, mas, principalmente, dos órgãos públicos que muito contribuíram para sua evolução.

Apesar de suas dimensões e importância, há grande dificuldade em definir as favelas, como fora demonstrado, e ainda é preciso avançar bastante em direção a uma definição clara e integral do objeto. Pode parecer apenas um detalhe, mas defini-las de forma correta, ou pelo menos de uma forma mais próxima da realidade, abre caminho para a mudança de muitos aspectos na sociedade, como a própria formulação de políticas públicas direcionadas às favelas. É importante ressaltar que as políticas voltadas para as áreas formais da cidade levam em consideração as especificidades de cada bairro e essa pode ser a razão pela qual estas são normalmente mais efetivas.

As visões preconceituosas também poderão ser influenciadas por uma mudança de definição. Reconhecer que as favelas não são terras sem lei; que seus moradores não são bandidos em potencial; que não se trata de locais que drenam os recursos públicos escassos e que não possuem infraestrutura porque não pagam impostos; que não são territórios em que seus moradores não são capazes de formular soluções, e que não existe um estereótipo de favelado, se faz essencial para melhor compreender o processo de favelização.

As favelas não surgiram nem evoluíram de um dia para o outro. Desde os cortiços as suas bases já foram lançadas, mudando talvez apenas o nome, a dimensão ou localidade. O fim do Cabeça de Porco e a origem do Morro da Favella estão intimamente ligados. Assim como as razões pelas quais todos os cortiços e muitas favelas foram retirados do mapa –mesmo que por lá não tenham sido registrados. As remoções não cumpriram seus objetivos iniciais. Pelo contrário. Acabaram por contribuir para o crescimento de favelas como a Rocinha, que tomou proporções gigantescas ao invés de ter sua população transferida para “vilas operárias” em locais remotos da cidade.

Perante a abordagem, dos direitos e garantias da dignidade da pessoa humana, o Texto constitucional ressalta inúmeros preceitos reconhecendo assim, a obrigatoriedade do Estado em proporcionar condições materiais imperativas à sociedade com a finalidade de alcançar os fundamentos da República no livre exercício da cidadania, em garantir a dignidade da pessoa humana e a

construção de uma sociedade justa, solidária e livre, fundamentos estes, que podem ser alcançados por meio do estudo, da pesquisa e do livre pensamento filosófico, artístico e cultural. Por isto, a Carta Magna inovou em relação aos textos anteriores por meio de um rol extenso de direitos e garantias sociais nela previstos, além de reconhecer a obrigatoriedade da prestação destes direitos pelo Estado.

Portanto, a sociedade poderá exigir da administração pública o fiel cumprimento de suas obrigações mesmo na esfera judicial, uma vez que estes direitos sociais são garantidos pela Constituição federal e pelas normas infraconstitucionais a ela relacionadas. Portanto, a legalidade do pleito na esfera Judicial, com a finalidade de forçar o Estado a realizar a sua obrigação, é lícito, uma vez já julgado e entendido pelos magistrados, em especial, pelas Supremas cortes do STF e STJ.

Em face da omissão do Estado e a falta dele nas favelas, e quando presente usa de modos operandis extremos, arrisca-se afirmar que o mais correto, se estivesse em jogo uma alteração qualitativa na política de Estado e de Segurança Pública, seria denominar Unidades de Políticas Públicas, por se tratarem de uma necessária mudança cultural em territórios nos quais a presença do Estado não ocorre na completude. E sim, configuram uma ocupação de regulação pelo Estado em territórios antes regulados pelos grupos criminosos armados, principalmente pelo varejo do tráfico armado. A denominação atual, portanto, demonstra a carga ideológica para manutenção dos elementos fundamentais da política hegemônica, pois se centraliza na ação da polícia e usa o recurso ideológico da apelação pela paz.

Mesmo diante da carência de dados, foi possível demonstrar que nas favelas não há um degrau igual ao outro; que não há um perfil de morador: ali há trabalhadores, estudantes e bandidos, o que poderia ser a caracterização do país como um todo.

Para tanto, é importante ressaltar a importância da representatividade dos artistas que são crias das favelas, a influência que possuem para alcançar a visibilidade dos problemas existentes.

Entre essas formas de expressão, sobressai o movimento hip-hop. Como canta o grupo Nação Maré, os rappers são poetas e sua música poesia que “estão

no mesmo canto de sempre, entre o real e a fantasia, entre as gírias da favela”. A arte aprendida na escola da rua e que tem como matéria-prima o cotidiano da favela, surge como uma das mais populares manifestações da juventude destes espaços, além de se firmar como uma importante forma de organização cultural e mobilização dos moradores.

Com este trabalho, se visa não apenas trazer o movimento hip-hop para a análise de que foi implementado para um mercado artístico, mas executá-lo na “mão contrária” das demais publicações sobre o tema. Mais do que apresentar o hip-hop como uma manifestação oriunda das favelas, o cerne do exame crítico reside na compreensão de que a luta pela cultura se constitui em uma das instâncias das lutas de classes. O que permite afirmar que entre a exploração econômica e a dominação política instala-se uma mediação fundamental que permite legitimar e naturalizar as duas primeiras: a hegemonia, ou a cultura em sociedade de classes.

Por fim, problematização levantada pela escritora Carolina Maria de Jesus, na obra “Quarto de Despejo” em uma linha tênue sobre o papel da mulher negra, que denunciava a favela e suas péssimas condições.

A ressignificação das favelas na contemporaneidade e o seu processo de desenvolvimento; teriam sido os mesmos no contexto sócio histórico e político atual, em relação às favelas? Percebe-se durante a análise de alguns dados que houve uma pequena mudança, principalmente, em termos estruturais, saneamento, habitação, apoio e assistência de instituições e ONGS, direitos humanos, música, escolas, e de como também ocupou espaço nos morros demograficamente, mas cientes que muitos vivem ainda em desigualdades sociais e de fome.

Porém, sobre a violência citada pela escritora, que era predominante na favela, não diminuiu e torna-se mais um agravante quando a questão for a cor da pele, pois a favela continua sendo um lugar de muitas lutas, sofrimentos, marginalidade e entraves. Sem dúvidas, o tráfico acentuou e ganhou mais adeptos para essa forma de angariar dinheiro, tão quanto a política que em nada modificou-se neste novo cenário, e seus partidos consagram políticos com o mesmo discurso e atitudes que Carolina enfatizava.

O debate em torno da realidade cotidiana e da economia das favelas é necessário, pois entender as favelas significa entender o país, sua economia e como

as partes se inter-relacionam. É preciso, contudo, partir de dentro para fora, isto é, ouvir os próprios moradores; construir a partir deles as soluções para os problemas com os quais eles têm de lidar diariamente, sejam estes de caráter social ou econômico.

Entender quão complexas e ricas são as favelas poderia tornar a formulação de políticas públicas mais simples e, quem sabe, as tornaria até mesmo mais eficazes. Ao invés de condenar, integrar; de remover, resolver; de discriminar, entender. Dessa forma, ter-se-ia uma Cidade de fato Maravilhosa para todos que nela vivem.

REFERÊNCIAS

BARBERO, Jesus Martín. Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

BARBOSA, Jorge Luiz Barbosa; SILVA, Jailson de Souza e. Favela: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Introdução à análise do discurso. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF):Senado Federal, 1988.

CANO, Ignácio. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas „Milícias” no Rio De Janeiro. In: Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro, organização Justiça Global. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

CARRENHO, Aline Costa. Arte, educação musical e formação cultural no contexto das organizações sociais: a práxis cultural e suas contradições à luz da Teoria Crítica. 2019. 239 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós Graduação em Neurociências e Comportamento) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COIMBRA, Cecília. Operação Rio—o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1997.

CUNHA;MELLO, 2011 Dilemas.Revista de Estudos de Conflito e Controle Social,Vol. 4,n.3 -JUL/AGO/SET,2011.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EDUCAÇÃO, Uol. <<https://educacao.uol.com.br/>> Acesso em: 05 de Março de 2019.

FARIAS, Tom. Carolina: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FERRAZ, Joana D"Arc Fernandes.A Chacina de Vigário Geral: a violência como princípio.Rio de Janeiro, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade.Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.GREEN, Lucy. Pesquisa em sociologia da educação musical. Trad. Oscar Dourado. In:Revista da ABEM, Salvador, n.4, p. 25-35, 1997. Disponível em:

GONÇALVES, Julimar da Silva. Poéticas do rap engajado e juventudes das periferias urbanas de Natal-RN. 2013. 200 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande Do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Natal, 2013.

GURGEL, Cláudio. Administração Pública: bases para o estudo da administração pública. Niterói: UFF, 2007.

HAYEK, Friedrich A. von. O caminho da servidão 4. ed. –São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

<http://www.abemeducacaomusical.org.br/Masters/revista4/artigoII.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2022.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-12/pesquisa-traca-o-perfil-dos-moradores-de-favelas-do-rio-de-janeiro#:~:text=Salvino%20tamb%C3%A9m%20destaca%20a%20import%C3%A2ncia,de%20%C3%A1gua%2C%20para%2010%25>.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-02/moradores-do-asfalto-tem-visao-preconceituosa-em-relacao-favelas>

<https://blog.gerandofalcoes.com/linha-do-tempo-favela/>

<https://www.fundacaotelefonica.org.br/noticias/pesquisa-realizada-em-favelas-brasileiras-mostra-perspectiva-dos-moradores-sobre-o-futuro/>

<https://rionwatch.org.br/?p=62883>

<https://www.redalyc.org/journal/5521/552164485015/html/>

<https://www.scielo.br/j/csc/a/k9LtzBmFfsBYZ6LJn3qBSmF/>

IBGE. Censo Demográfico 2010 –Aglomerados Subnormais:Informações Territoriais. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2023.ibge.gov.br>. Acesso em 02 de Novembro de 2023.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 8. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KELNNER, Duglas. A cultura da Mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

NASCIMENTO SILVA, Marta. A Favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da Zona Sul carioca.2010. Cap 3, p. 60-82. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. PUC-Rio –Certificação Digital Nº 0812100/CA.

RAWET, Vitor. Turismo de Base Comunitária no Rio de Janeiro: Inclusão Social e Desenvolvimento Local apoiados pela Atividade Turística. 2014. 105 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) –Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RUI, Massato Harayama; MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Gente, 2014.

SECRETARIA DAS CULTURAS. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.Memória da Destruição:Rio –Uma história que se perdeu (1889-1965). Rio de Janeiro, 2002.

SOLIS, Victor Nigro Fernandes. Memória do Samba na Praça Onze. Dossiê: Revista Aurora –Unesp, São Paulo, v.7, n.1, p. 41-58, Jul.Dez., 2013._____. (Org.). O que é a Favela, Afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009. VALLA, Victor Vicent. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p. 282-296, Jul.Set., 1985.

VALLADARES, Licia. A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [S.l.], v. 15, nº 44, 2000.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Um século de favela. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. NASCIMENTO SILVA, Marta. A Favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da Zona Sul carioca. 2010. Cap 3, p. 60-82. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. PUC-Rio –Certificação Digital Nº 0812100/CA.

